


PROIBIÇÃO¹

Ideologia:

O trabalho sexual e as pessoas que fazem trabalho sexual são imorais, profissionais do sexo são vetores de VIH e outras doenças e representam uma ameaça à sociedade

 Albânia, Arménia, Eslovênia, Rússia, Ucrânia.




Consequências

- Profissionais do sexo e seus locais de trabalho são visados para operações policiais, profissionais do sexo podem ser forçados/os a fazer rastreios de VIH, ISTs, Hepatites B e C e os resultados podem vir a público sem seu consentimento
- Profissionais do sexo não podem aceder a mecanismos de justiça uma vez que a polícia é um dos principais agressores
- De acordo com um relatório da Europa do Leste e Ásia Central, mais de 40% de profissionais do sexo sofreram violência física por parte da polícia no ano anterior ao da pesquisa²
- A polícia utiliza o porte de preservativos como evidência do exercício do trabalho sexual, dificultando que profissionais os utilizem no trabalho
- Na Europa do Leste, a maior parte de novas infecções por VIH ocorrem nas populações-chave como profissionais do sexo, pessoas que injetam drogas e homens que fazem sexo com homens³

MODELO SUECO

Ideologia

Profissionais do sexo são vítimas do patriarcado e da violência de homens contra mulheres

 Suécia, Noruega, Islândia, Norte da Irlanda, Irlanda, França



Consequências

- O volume do trabalho sexual não caiu: de acordo com a polícia sueca, o número de casas de massagem tailandesa que são suspeitas de oferecer serviços sexuais triplicou em 3 anos⁴
- De acordo com um estudo, metade das pessoas que fazem trabalho sexual que participaram da pesquisa têm menos confiança nos serviços sociais e na polícia depois da vigência da lei, o que os impede de reportar incidentes violentos para forças de segurança⁵
- O trabalho sexual em contexto de rua enfrenta elevados níveis de concorrência, queda de preços e piores condições de trabalho, geralmente tendo de atender clientes mais agressivos e realizar o trabalho sem preservativos
- Embora o trabalho sexual não seja proibido na lei, na prática leis municipais ou ações contra clientes levam à prisão de deportação de profissionais do sexo migrantes indocumentadas/dos⁶
- Estigma e atitudes discriminatórias são crescentes: de acordo com uma pesquisa de 2015, mais pessoas pensam que o trabalho sexual e profissionais do sexo devem ser criminalizados: 52% tinham esta visão em 2015 contra 30% antes da introdução da lei⁷

¹ Veja mais em "Sex Work legal Frameworks: International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe (ICRSE) (2015).

Nothing about us without us! Ten years of sex workers' rights activism. Disponível em: <http://bit.ly/icrse01>

Global Network of Sex Work Projects (2014). Sex Work and the Law: Understanding Legal Frameworks and the Struggle for Sex Work Law Reforms. Disponível em: <http://bit.ly/icrse02>

² Sex Workers' Rights Advocacy Network (SWAN) (2009). Arrest the Violence: Human Rights Abuses against Sex Workers in Central and Eastern Europe and Central Asia. Disponível em: <http://bit.ly/SWAN01>

³ AVERT. HIV and AIDS in Eastern Europe and Central Asia. Disponível em: <http://bit.ly/icrse03>

⁴ Swedish National Police Board (2012). Trafficking in human beings for sexual and other purposes. Situation report 13ing_report_13. Disponível em: <http://bit.ly/icrse04>




LEGALIZAÇÃO

Ideologia:

O Trabalho Sexual e profissionais do sexo necessitam ser meticulosamente controlados e reprimidos pelo Estado

A REGULAÇÃO ESTRITA MANIFESTA-SE DE DIVERSAS FORMAS:

cadastro de profissionais do sexo; limitação de número, locais, critérios operacionais para estabelecimentos; condições impostas pra quem quer ser profissional do sexo, como exames médicos obrigatórios

 Alemanha, Holanda, Suíça, Hungria, Grécia, Turquia

Consequências

- Sistema de duas camadas: somente uma fração de profissionais do sexo e negócios de venda de sexo têm condições de atender às regulações restritivas
- Profissionais do sexo que não conseguem atender às normas estão sujeitas/os a multas e punições
- Na Turquia e Grécia, somente trabalho dentro de portas é legal e profissionais do sexo só são permitidas/os se não forem casadas/os: na Turquia o marcador de gênero de profissionais do sexo deve ser mulher cisgênero, excluindo a maioria das mulheres trans
- Na Hungria, profissionais em contexto de rua só podem vender sexo nas chamadas 'zonas de tolerância' ou áreas fora da chamadas 'zonas de proteção'
- Na Holanda, vários municípios tem tentado introduzir o cadastramento compulsório de profissionais do sexo nos últimos anos

• Na Alemanha, de acordo com uma lei de 2017, profissionais do sexo precisam registrar-se perante autoridades que vão determinar se podem ou não receber a sua licença



DESCRIMINALIZAÇÃO

Ideologia

O trabalho sexual é legalmente reconhecido como trabalho e tratado como um setor de serviços como os outros, profissionais do sexo estão abrangidas/os pelos direitos laborais

 Nova Zelândia



Consequências

- Não há aumento no número de profissionais do sexo ou pessoas traficadas para a indústria do sexo
- 90% de profissionais do sexo que participaram da pesquisa acreditam que este novo modelo melhorou a sua capacidade de estar abrangidos/as pelos direitos laborais e ter acesso à saúde e segurança
- 57% de profissionais pesquisados acreditam que a atitude da polícia melhorou desde a descriminalização
- 64% de profissionais acreditam que ficou mais simples recusar clientes, esta taxa era de 37% antes da descriminalização
- Mais profissionais do sexo reportam ter realizado check ups de saúde regulares e revelam serem profissionais do sexo nas consultas com profissionais de saúde
- De acordo com o Lancet, uma importante revista médica, a descriminalização impediria de 33-46% de novas infecções por VIH na próxima década.

⁵ Swedish Association for Sexuality Education (2010). Remissvar ang SOU 2010:49, Forbut mot kop av sexuell tjänst. Disponível em: <http://bit.ly/icrse05>

⁶ Global Network for Sex Work Projects (2015). Advocacy Toolkit: The Reallmpact of the Swedish Model on Sex Workers. Disponível em: <http://bit.ly/icrse06>

⁷ <http://bit.ly/icrse07>

⁸ <http://bit.ly/icrse08>

⁹ Department of Public Health and General Practice, University of Otago, Christchurch (2007).

The impact of the Prostitution Reform Act on the Health and Safety Practices of Sex Workers. Disponível em: <http://bit.ly/icrse09>

¹⁰ <http://bit.ly/icrse10>

* Esta é uma versão autorizada e não oficial do documento "Sex Work Legal Frameworks" de autoria do ICRSE. Esta versão foi traduzida pela APDES, a qual se responsabiliza pelo conteúdo.